

ESTÃO MATANDO AS EMPRESAS

É não há salvação contra a arma do governo, o aumento de impostos, dizem os empresários.

O aumento da carga tributária agora vai ajudar a matar as empresas que já estão na UTI.

Agrace é do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Fundição (Abifa), Paulo Bútori, um dos principais articuladores do movimento em defesa da livre iniciativa (que leva o nome de "Pensamento Nacional das Bases Empresariais"), marcado para dia 9 próximo, no Palácio das Convenções do Anhembi. Ele ressalta que constitucionalmente é impossível criar ou aumentar impostos ainda este ano. Mas lembra: o governo do Estado conseguiu antecipar, em 30 dias, desde 1º de junho passado, o recolhimento do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias).

"E todos estão reclamando porque é uma mudança nas regras do jogo, no meio do caminho, que vai ampliar ainda mais as dificuldades das empresas em manter capital de giro num momento de juros elevadíssimos", disse Bútori.

Da mesma maneira, recordou que algo semelhante já havia ocorrido, durante o Plano Cruzado, com o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) "cujo prazo de recolhimento foi substancialmente reduzido". Para o setor de fundição, por exemplo, recuou de 120 dias, em média, para 45 dias. "Foi difícil, mas acabamos nos adaptando porque o dinheiro era mais barato", explicou.

Em outras palavras, os empresários nem sonhavam com novos aumentos ou mesmo antecipações de impostos. Por isso a fala do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, repercutiu negativamente no meio empresarial. Omar Bittar, vice-presidente Executivo da Abdib (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base), por exemplo, aposta no bom senso demonstrado pelo ministro da Fazenda e acredita que essa questão será avaliada e revista. Porque, para ele, a única maneira de resolver a questão da poupança interna, ou do caixa do governo, é através do corte dos gastos e do déficit público.

Omar Bittar admite que para garantir os investimentos em setores prioritários o governo teria de optar, igualmente, por duas alternativas: ou cobrar mais impostos, ou aplicar tarifas realistas. Claro que a Abdib defende a segunda hi-

pótese, conjugada com uma administração austera dos recursos públicos: "Depois de feito isso, avaliar se seriam necessários mais e novos impostos".

Algo em troca

Mas no meio empresarial há um pensamento que parte daí para concluir que mais impostos significam continuar jogando dinheiro num saco sem fundo se o déficit não for contido antes. "Acho que mais uma vez o setor privado vai ser chamado para pagar a conta (da ineficiência do governo) sem uma contrapartida para a Nação, que seria uma redução nas despesas do governo", destacou Paulo Bútori. Mas Bruno Nardini, vice-presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas), acha que o problema vai ainda mais longe.

Ele, que também é organizador do movimento do dia 9 próximo, entende que mais uma vez estão usando de "artimanhas econômicas" para resolver um problema sem que ele esteja esclarecido à sociedade civil. "Não dá mais para ficar nessa obscuridade sem saber quais os problemas que a Nação deve enfrentar", disse Nardini. Para o empresário, é preciso buscar rapidamente um canal claro e pedagógico, ligado ao dia-a-dia dos cidadãos, "para que a Nação se articule em torno dos problemas que terá de enfrentar".

Nardini queixou-se de que "não me espanto mais com aumento de impostos, taxas, e qualquer tipo de compulsórios, porque não se está enfrentando a verdade dos problemas do País". É que, no seu entender, as classes dirigentes do Brasil estão voltadas apenas para a ocupação de espaços políticos e não para as questões políticas e econômicas nacionais. "Acho que o Estado deveria vir à Nação e dizer claramente, inclusive numericamente, qual a situação do País e o que precisa ser feito para, a partir daí, todos buscarem juntos uma solução afinada e comum", sugeriu o vice-presidente da Abimaq. Caso contrário, ponderou Bruno Nardini: "Sinto hoje que estou na iminência de ter um enfarte. Porque você é administrado, mas tem de administrar na base dos sustos".

Sérgio Leopoldo Rodrigues